

## **VI-076 - EVOLUÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ESTADO DA PARAÍBA**

### **Francisco das Chagas da Costa Filho<sup>(1)</sup>**

Bacharel em Ciência e Tecnologia e Engenheiro Civil pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFRSA. Mestre em Engenharia Civil e Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Doutorando em Engenharia Civil e Ambiental na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

### **Iana Chaiene de Araujo Vidal<sup>(2)</sup>**

Engenheira Sanitarista e Ambiental pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Mestre em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Doutoranda em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

### **Sinara Martins Camelo<sup>(3)</sup>**

Engenheira Civil e Mestre em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Doutoranda em Engenharia Ambiental pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

### **Rui de Oliveira<sup>(4)</sup>**

Engenheiro Civil pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. PhD em Engenharia Civil pela Leeds University.

### **Mônica de Amorim Coura<sup>(5)</sup>**

Química pela Fundação Universidade Regional do Nordeste - FURN. Mestre em Engenharia Civil e Doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

**Endereço<sup>(1)</sup>:** Rua Aprígio Veloso, 882, Campus Universitário da UFCG, Bloco CV – Bairro Universitário – Campina Grande – PB – 58429 -000 – Brasil – Tel: (84) 99968-4774 - e-mail: franciscocosta\_@outlook.com

## **RESUMO**

É dever da coletividade e do poder público, a preservação e defesa dos recursos ambientais e direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida. Nesse contexto o licenciamento ambiental, instrumento instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), surge como mecanismo capaz de avaliar as condições para a instalação de empreendimentos e, assim, permitir a concretização dos princípios constitucionais da defesa ambiental. Este trabalho consiste na observação da evolução do licenciamento ambiental no Estado da Paraíba, bem como sua relação com o progresso da fiscalização ambiental no mesmo. A pesquisa realizou uma análise descritiva, explicativa e analítica dos licenciamentos ambientais expedidos no período de 2004 a 2017. Os dados foram coletados na página da Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA na Internet. Mediante análise do quantitativo de licenças expedidas no período supracitado, verificou-se que o Estado está em progressão, mas que deve fomentar a descentralização do licenciamento ambiental no intuito de melhorar a abrangência e eficiência desse instrumento no Estado. Foi constatado também que a infração ambiental mais recorrente no período avaliado foi a falta de licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras. Nesse sentido, conclui-se que o licenciamento ambiental é uma ferramenta indispensável no combate a ameaças de danos graves ao meio ambiente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Licenciamento Ambiental, Meio ambiente, Paraíba.

## **INTRODUÇÃO**

A década de 1970 foi marcada pelo surgimento de uma preocupação ambiental em escala global, devido, principalmente, à velocidade da exploração dos recursos ambientais e do surgimento das primeiras grandes catástrofes naturais, decorrentes, na maior parte, da adoção de uma política de “desenvolvimento” predatória, pautada na incessante exploração dos recursos naturais. O grande fórum de debate destes problemas foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada entre 5 a 16 de junho de 1972, onde 113 países participaram ativamente das discussões em torno de um desenvolvimento econômico sustentável.

Os reflexos destes debates em nível mundial se fizeram sentir no Brasil, na década seguinte, com a edição da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispôs sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), composto por todos os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como das fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela melhoria da qualidade ambiental (SILVA, 2012).

Neste contexto, pioneira à época em que foi lançada e posteriormente incorporada à Constituição Federal de 1988, a PNMA, para proceder sua operacionalização instituiu, dentre outros instrumentos, o “Licenciamento Ambiental”.

O Licenciamento Ambiental é um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente instituído pela Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981, com a finalidade de promover o controle prévio à construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009).

O processo de licenciamento ambiental tem como principais normas legais a Lei nº 6938/81; a Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, que estabeleceu diretrizes gerais para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA nos processos de licenciamento ambiental e a Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que estabeleceu procedimentos e critérios, e reafirmou os princípios de descentralização presentes na PNMA e na Constituição Federal de 1988.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2009), para a condução do Licenciamento Ambiental foi concebido um processo de avaliação preventiva que consiste no exame dos aspectos ambientais dos projetos em suas diferentes fases: concepção/planejamento, instalação e operação. O processo de licenciamento se dá em etapas, por meio da concessão das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, e acompanhamento das consequências ambientais de uma atividade econômica ou empreendimento.

Tavares (2016) afirma que é de ação administrativa dos Estados promoverem o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, destacados nos Artigos 7º e 9º (inciso XIV, Lei complementar 140/2011).

## **LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA PARAÍBA**

A necessidade de controle das atividades utilizadoras de recursos ambientais, assim como, na proteção dos mesmos no Estado da Paraíba, resultou na criação da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA), por meio da Lei Nº 4033/1978, cuja estrutura organizacional está definida pelo Decreto Estadual N.º 12.360 de 20 de janeiro de 1988 (MOROSINE et al., 2000).

Através da Lei Estadual Nº 6.757/1999, o órgão ambiental foi transformado em autarquia com autonomia administrativa e financeira, apresentando assim, condição de exercer o poder de polícia na proteção ambiental no estado (FIGUEIREDO et al., 2004).

O fortalecimento das ações protecionistas e da política ambiental estadual deu-se através da Lei 4.335/81, que dispõe sobre o controle ambiental no estado, cria o Conselho de Proteção Ambiental (COPAM), e institui o Sistema Estadual de Licenciamento de Atividades Poluidoras (SELAP) (MOROSINE et al., 2000).

O COPAM trata-se de um órgão colegiado encarregado de “expedir diretrizes, normas e instruções referentes à proteção dos recursos ambientais, e bem assim, estabelecer normas e critérios para licenciamento ambiental de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras do meio ambiente, a ser concedido por seu intermédio ou pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA” (art. 6º da Lei Nº 4.335/1981). O COPAM está vinculado diretamente a Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia – SERHMACT.

O COPAM, juntamente com a SUDEMA, implantaram conforme Decreto Estadual Nº 21.120/2000, o Sistema Estadual de Licenciamento de Atividades Poluidoras – SELAP como instrumento de controle de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras passíveis de licenciamento ambiental no Estado da Paraíba (art. 15 do Decreto Estadual 21.120/2000). O Estado não só utiliza o SELAP, como também utiliza as normas administrativas próprias (NA's) para proceder o licenciamento das atividades sujeitas as exigências dos instrumentos legais federais.

Dos instrumentos de controle do SELAP destacam-se a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI), Licença de Operação (LO), a Licença de Alteração (LA), a Autorização Ambiental (AA), a Licença Simplificada (LS), a Licença de Instalação e de Operação (LIO), Licença de Operação para Pesquisa Mineral (LOP). Nessas modalidades, cabe à SUDEMA conceder o licenciamento ambiental para qualquer empreendimento destinado à construção, instalação, ampliação e funcionamento capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental (LIMA, 2016).

Para efeito de obtenção da licença na Paraíba consideram-se estabelecimentos ou atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores, os descritos no Anexo I, da Norma Administrativa SUDEMA/NA-108, aprovada através da deliberação do Conselho de Proteção Ambiental do Estado da Paraíba (COPAM) Nº 3.245, publicada no Diário Oficial do Estado de 27 de fevereiro de 2003, acrescidas daquelas constantes do Anexo I da Resolução/CONAMA/Nº 237, de 19/12/97, publicada no Diário Oficial da União de 22/12/97.

Destaca-se que o artigo 60 da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais) estabelece a obrigatoriedade do licenciamento ambiental das atividades potencialmente poluidoras, contendo, inclusive, penalidades a serem aplicadas ao infrator. Portanto, os empreendimentos que estiverem em descumprimento com a legislação ambiental, estarão sujeitos a advertências, multas, apreensões, embargos, paralisação temporária ou definitiva das atividades.

Com base no exposto, este artigo visa avaliar a evolução do licenciamento ambiental no Estado da Paraíba, ressaltando a importância desse instrumento como ferramenta da gestão ambiental no Estado, dado que, mesmo diante de diversas legislações ambientais vigentes à degradação ambiental avançou sobremaneira nos últimos anos, devido ao resultado direto de impactos decorrentes de atividades humanas.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa é do tipo, descritiva, explicativa e analítica, com abordagem quantitativa e qualitativa. Gil (2008) conceitua a pesquisa descritiva como pesquisa que visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, e a explicativa aquela que identifica os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.

Segundo Fontelles et al. (2009) a pesquisa analítica é o tipo de pesquisa quantitativa que envolve uma avaliação mais profunda das informações coletadas em um determinado estudo, observacional ou experimental, na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno no âmbito de um grupo, grupos ou população.

Os dados de população da pesquisa correspondem aos procedimentos administrativos referentes às licenças ambientais no Estado da Paraíba. A amostra refere-se aos processos de licenciamento expedidos entre os anos de 2004 e 2017, que totalizam 39.710 licenças.

Na realização dessa pesquisa, foram considerados todos os processos de licenciamento tramitados na SUDEMA entre eles incluem-se as Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação, Licença Simplificada e Autorização Ambiental.

As informações referentes às licenças ambientais expedidas no Estado da Paraíba são de acesso público por meio da página da SUDEMA: <http://sudema.pb.gov.br/servicos/servicos-ao-publico/licencas-expedidas>. De posse desses dados foi possível aplicar a estatística descritiva na forma de gráfico, através do software

Microsoft Office Excel 2013 e assim avaliar o quantitativo de licenças expedidas mensalmente no período supracitado.

Além dessas informações foi verificado de forma qualitativa o aumento do número dos autos de infrações ambientais referentes à ausência de licenciamento nos empreendimentos, sendo estas informações de livre acesso ao público e disponíveis através do endereço eletrônico: [http://sacs.sudema.pb.gov.br/autoinf/auto\\_mensal.asp?mes=05&ano=2018](http://sacs.sudema.pb.gov.br/autoinf/auto_mensal.asp?mes=05&ano=2018).

A pesquisa também teve suporte de funcionários da SUDEMA, do núcleo de Campina Grande, no âmbito de esclarecer possíveis questionamentos no decorrer do trabalho.

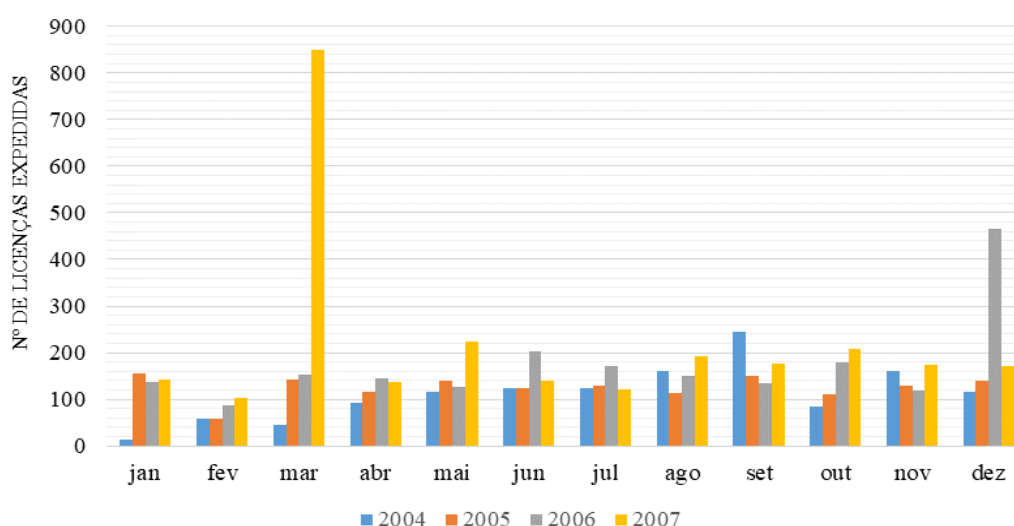
## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da população composta dos processos administrativos relativos às licenças ambientais expedidas no Estado da Paraíba retirou-se a amostra, por sua vez, formada pelos processos referentes aos anos de 2004 a 2017, totalizando um quantitativo de 39.710 licenças expedidas nesse período.

Para melhor avaliação e compreensão da evolução do licenciamento no Estado, os dados foram divididos em 3 grupos, sendo 2 grupos compostos por uma série de 5 anos e 1 grupo por uma série de 4 anos.

A Figura 1 apresenta os dados relativos ao período de 2004 a 2007. Nesses anos obteve-se, respectivamente, um total de licenças expedidas de 1.342, 1.509, 2.071 e 2.637. Percebe-se uma evolução significativa no decorrer desses anos, alcançando um aumento no número de licenciamentos na ordem de 96%.

Nesse período, o mês de março de 2007 apresenta destaque especial com um quantitativo de 850 licenças expedidas. Esse caso atípico foi decorrente da Resolução da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações nº 456 de 16/01/2007, que utilizou o instrumento do licenciamento ambiental para controlar a implantação das redes de telefonia sem fio, que é considerada atividade potencialmente poluidora (art. 9º, IV, e 10 da Lei Federal nº 6.938/1981) e assim todos os municípios foram obrigados a expedir licenças para tais atividades.



**Figura 1 – Licenças ambientais expedidas no período de 2004 a 2007**

**Fonte: Adaptado da SUDEMA (2018a).**

É importante ressaltar a necessidade de execução do licenciamento e da fiscalização ambiental em paralelo, para que os objetivos desses instrumentos de gestão ambiental sejam legitimados. Na Paraíba, a Divisão de Fiscalização – DIFI – setor da SUDEMA, atua na análise e efetua inspeções em estabelecimentos potencialmente poluidores, pauta ainda suas atividades principais por denúncias identificadas ou anônimas,

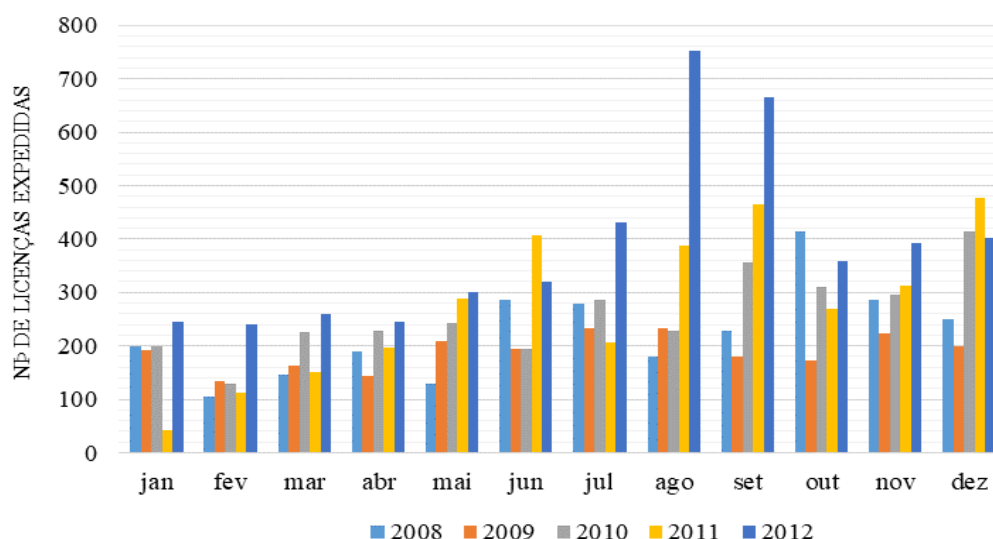
atendendo a solicitações dos Ministérios Público Estadual e Federal, e demais autarquias, no acompanhamento dos empreendimentos licenciados ou não.

De acordo com Tavares (2016) as ações são executadas por Policiais Militares que compõem os quadros do Batalhão de Polícia Ambiental, por base legal do Instrumento N° 2/2011, publicado no Diário Oficial da União no dia 9 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Termo de Cooperação Administrativa, Técnica e o Operacional firmado entre a Polícia Militar e a SUDEMA, para o exercício comum da Fiscalização, abrangendo todo o Estado da Paraíba, tendo como sedes além da SUDEMA em João Pessoa, o NURECG (Núcleo Regional de Campina Grande) e o NUPATOS (Núcleo Regional de Patos).

A Lei N° 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais contém seções com os crimes contra o meio ambiente sendo eles: crimes contra a fauna; crimes contra a flora; da poluição e outros crimes ambientais; dos crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural; dos crimes contra a administração ambiental e as infrações administrativas. Logo, tal Lei dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e o Decreto N° 6.514/2008 estabelece o processo administrativo federal para apuração das referidas condutas irregulares (DALLAGO, 2013).

A partir da avaliação da listagem de processos de auto de infração emitidos nos anos de 2004 a 2007, foi verificado que a infração ambiental de maior frequência foi a enquadrada no artigo 66 do Decreto N° 6.514 (BRASIL, 2008), que corresponde a falta de licenciamento ambiental ou a quebra de condicionante de licenças concedidas. Salienta-se um destaque para o mês de abril do ano de 2005 em que a empresa Telemar Norte Leste S/A foi atuada 376 vezes por todo o Estado devido a fazer funcionar serviço potencialmente poluidor (ERB - estação rádio base) sem a licença de operação junto à SUDEMA, contudo, conforme mencionado no início do tópico a empresa regularizou sua situação junto ao órgão ambiental em 2007.

Os dados relativos ao período de 2008 a 2012 são ilustrados na Figura 2. O total de licenças expedidas nesses anos foram de, respectivamente, 2.687, 2.275, 3.108, 3.313 e 4609. Foi constatada uma evolução discreta entre os 4 primeiros anos da série, quando comparada ao período anterior, atingindo um aumento de apenas 23% no número de licenciamentos.



**Figura 2 – Licenças ambientais expedidas no período de 2008 a 2012**  
**Fonte: Adaptado da SUDEMA (2018a).**

Concomitantemente a esse baixo aumento no número de licenciamentos nesse período, verificou-se uma drástica diminuição na fiscalização ambiental no Estado, chegando a meses (janeiro e fevereiro) de 2011 em que não ocorreu nenhum registro de infração ambiental no Estado o que é bem duvidoso, tendo em vista a enorme extensão territorial do mesmo, assim como, sua enorme potencialidade econômica distribuída em diversos estabelecimentos por todo Estado.

Essa situação explicita a importância da ação conjunta entre a execução do licenciamento e a fiscalização ambiental. Além disso, conforme já citado, no Estado da Paraíba o licenciamento ambiental é executado pela SUDEMA, tendo como sede o município de João Pessoa e mais dois núcleos nos municípios de Campina Grande e Patos, todavia, apenas esses órgãos são insuficientes para atender a demanda de todo o Estado.

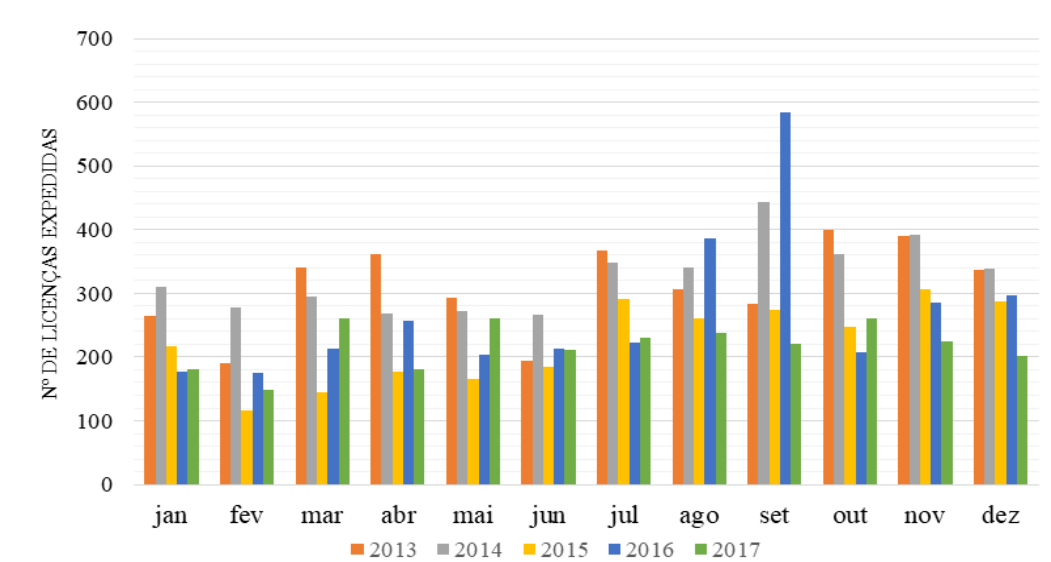
Nesse contexto, surge a Lei Complementar 140/2011 que fixou as normas de cooperação, entre os entes federativos, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção do meio ambiente. Essa lei dispõe sobre a competência administrativa dos Municípios em matéria ambiental, de maneira ampla e expressa, procurando disciplinar de forma específica a competência licenciatória dos municípios, o que até então não tinha previsão em lei federal, deixando os entes locais licenciadores em situação de insegurança jurídica (FARIAS, 2016). Com essa Lei buscou-se criar, estruturar e desenvolver uma política pública descentralizada de integração entre estado e municípios e, assim, conseguir avanços no quesito de atuação dos municípios diante da proteção ambiental e de uma relação de trabalho integrado entre as esferas governamentais (ABREU, 2014).

O ano de 2012 foi analisado separadamente devido ao expresso número de licenças expedidas, com destaque aos meses de agosto e setembro (753 e 665, respectivamente). Esse fato é decorrente das eleições municipais terem acontecido no devido ano, sendo assim todos os veículos do Estado que fizeram propaganda eleitoral, necessitaram de autorização ambiental da SUDEMA para transitar nas ruas de forma legal.

O último grupo refere-se ao quantitativo de licenças ambientais expedidas no período de 2013 a 2017 conforme apresentado na Figura 3. O total de licenças expedidas nesses anos foi de, respectivamente, 3.729, 3.914, 2.672, 3.224 e 2.620.

Constata-se um destaque no mês de setembro de 2016, que, assim como 2012, foi ano de eleições municipais e apresentou um quantitativo de 584 licenças expedidas.

A partir desses dados percebe-se uma evolução no interesse e na preocupação das pessoas (devido a fiscalização mais incisiva dos órgãos públicos) em licenciar os veículos de propaganda volante em todo estado, uma vez que, nos períodos eleitorais nos anos anteriores aos aqui considerados encontrou-se número bem abaixo que os atuais.



**Figura 3 – Licenças ambientais expedidas no período de 2013 a 2017**  
**Fonte: Adaptado da SUDEMA (2018a).**

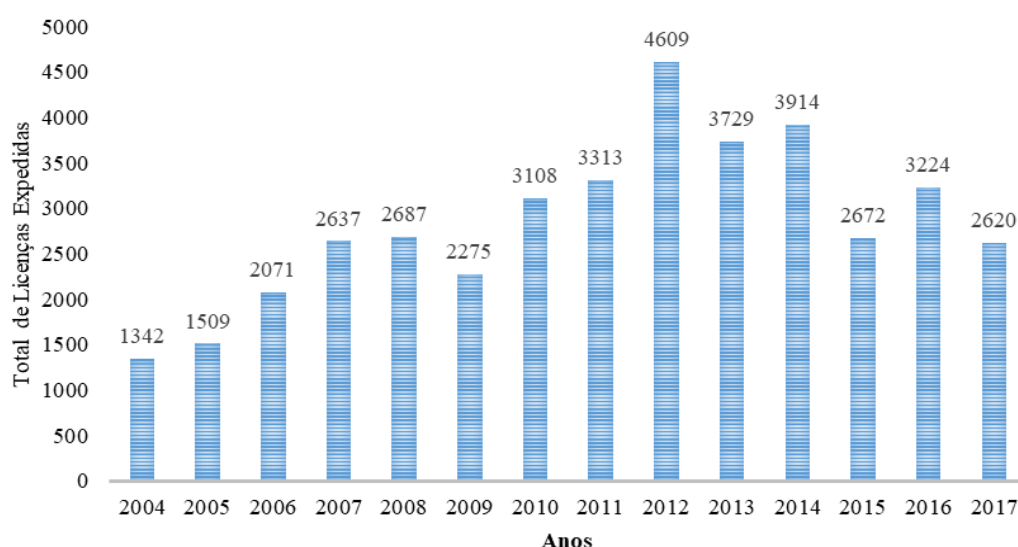
Avaliando-se a listagem dos processos de auto de infração emitidas nesse período, constatou-se uma intensificação na fiscalização ambiental no Estado, tendo em vista, a quantidade significativa de autuações, em especial para estabelecimentos sem o devido licenciamento ambiental. Esse fato pode ser justificado pela inauguração no dia 4 de julho de 2014, do Pelotão da Polícia Ambiental em Campina Grande, e assim,



proporcionar maior suporte e abrangência no combate a todas as formas de crimes ambientais, atuando em todo o Estado junto com os órgãos seccionais do SISNAMA da Paraíba, tendo sua legitimidade para exercer a fiscalização ambiental no artigo 2º do Decreto N° 88.777/83, conhecido como R 200, que regulamenta a Lei N° 667/69 que aprova o regulamento para as polícias militares (NORMANDO, 2014).

A Figura 4 sintetiza o quantitativo de licenças expedidas no período de 2004 a 2017, evidenciando um progresso positivo, mas variável, no decorrer desses anos. Foi constatada uma evolução quase constante no período de 2004 a 2012, já nos anos seguintes uma inconstância no aumento de licenças expedidas.

Abreu (2014) afirma que, se o gestor enxergasse o licenciamento e a fiscalização em um mesmo nível de responsabilidade, seria um grande avanço para o desenvolvimento da gestão ambiental local. A própria sociedade seria fiscal da sua gestão e contaria com o Ministério Público no cumprimento dos seus deveres e na luta pelos seus direitos.



**Figura 4 – Licenças ambientais expedidas no período de 2004 a 2017**

**Fonte: Adaptado da SUDEMA (2018a).**

O Estado deve criar políticas públicas de incentivo e apoio à municipalização da gestão e do licenciamento ambiental. A descentralização da gestão ambiental é uma política que já há algum tempo vem sendo incentivada pelo Ministério do Meio Ambiente. Se cada ente da Federação exercer corretamente e com responsabilidade as suas atribuições na área ambiental, os benefícios serão inegáveis, a começar por uma mais efetiva proteção do meio ambiente.

A demanda de problemas ambientais para serem resolvidos nos municípios e a atuação do Ministério Público na exigência de execução do poder de polícia da gestão ambiental municipal, recorre à necessidade de existência da autonomia municipal nas questões ambientais, mediante também da incapacidade do órgão ambiental estadual de atender à demanda de todo o Estado da Paraíba, de forma eficaz.

A maior proximidade dos gestores e técnicos com os problemas ambientais permite efetivamente uma melhor visualização e controle dos impactos, bem como o aproveitamento do conhecimento local, que frequentemente indica a melhor solução para os conflitos gerados, rompendo com a homogeneidade e centralização do poder na ordem econômica, política e cultural dominante (LEFF, 2001).

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios – CNM (2008), o município que licencia atrai investimentos, reduz o tempo de implantação de projetos e empreendimentos, beneficia o empreendedor ao evitar seu deslocamento à capital para pedir a licença, aumenta a participação da sociedade local nas decisões, tornando-a parceira nas ações, e, com isso, reduz conflitos por orientar melhor o processo; pode gerar recursos novos: a

arrecadação aumenta, pois o município poderá cobrar taxas de licenciamento; tem facilitado o acesso a fontes governamentais, fundos e outras alternativas de financiamento; é a esfera do Poder executivo mais eficaz nos atendimentos das demandas por um meio ambiente ecologicamente equilibrado, por estar próxima aos cidadãos, em que a ação acontece, o que permite decisões mais rápidas; demonstra modernidade da administração municipal: meio ambiente hoje é pauta nacional e mundial.

## CONCLUSÕES

Após uma análise do quantitativo de licenças expedidas nos anos de 2004 a 2017, verificou-se que o Estado está em progressão, mas que deve fomentar a descentralização do licenciamento ambiental no intuito de melhorar a abrangência e eficiência desse instrumento no Estado.

Foi constatado que a infração ambiental mais recorrente no período avaliado foi a enquadrada no artigo 66 do Decreto N° 6.514/2008, que corresponde a falta de licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras, podendo ser explicado baseado na falta de educação ambiental dos empresários, que desconhecem a obrigatoriedade do licenciamento ambiental e do devido cumprimento daquelas concedidas, como também a falta de gestão integrada dos órgãos da administração pública que não exigem o licenciamento para qualquer atividade passiva de licenças ambientais, mostrando a pouca eficácia que o sistema ambiental tem para difundir os instrumentos de aplicação da Política Nacional do Meio Ambiente.

Salienta-se que, com a fragilidade e o descrédito que a gestão pública apresenta diante da necessidade de garantia da legitimidade na execução desse procedimento administrativo, deve-se ter investimento na capacitação da administração municipal para exercer essa atividade, e que a mesma se comprometa em conciliar e buscar o equilíbrio entre os empreendimentos e atividades de impacto local e o meio ambiente.

Logo, é incontestável a ação do licenciamento frente à ameaças de danos graves ao meio ambiente, além de contribuir para prevenção e controle ambiental, possibilitando que o desenvolvimento econômico caminhe junto com a proteção ao meio ambiente, e assim, alcançar um crescimento com sustentabilidade, ou seja, uma eficiência econômica em harmonia com a equidade social e a qualidade ambiental.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABREU, M. D. S. (2014). Licenciamento Ambiental na Paraíba: Descentralização, Entraves e Possibilidades. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, JP, Brasil.
2. ANATEL. Resolução nº 456, de 16 de janeiro de 2007 (2007). Altera a Norma “Procedimento para Cadastramento, Licenciamento e Recolhimento das Taxas de Fiscalização de Estação de Comutação associada à Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
3. BRASIL. Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 (2008). Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
4. BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (1981). Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
5. BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (1988). Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
6. BRASIL. Lei complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011 (2011). Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
7. CONAMA. RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (1997). Dispõe sobre a necessidade de revisão dos procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização



- do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF.
8. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (2008). Meio Ambiente: Desafio e oportunidades para Gestores Municipais. Coletânea Gestão Pública Municipal – Gestão 2009-2012 – Vol. 9. CNM, Brasília, DF.
  9. COPAM (2005). Deliberação N° 3.245, de 01 de março de 2005. Dispõe sobre remuneração de análise de projetos para expedição de Licença. Diário Oficial do Estado, João Pessoa, JP.
  10. DALLAGO, R. M. (2013). A fiscalização ambiental e o papel do batalhão de polícia militar ambiental do distrito federal. 74 f. Trabalho de conclusão de curso, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
  11. FARIAS, T (2016). O licenciamento ambiental pelos municípios na Lei Complementar 140/2011. ConJur. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-nov-19/ambiente-juridico-licenciamento-ambiental-pelos-municipios-lc-1402011>. Acesso em 20 de setembro de 2018.
  12. FIGUEIREDO, A. L. F. de (2004). Geoprocessamento no apoio à gestão ambiental no estado da Paraíba: o caso da SUDEMA-PB. II Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto. Aracajú, SE, Brasil.
  13. FONTELLES, M. J. et al., (2009). Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. Revista Paraense de Medicina, v. 23, n. 3, 1-8.
  14. GIL, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas SA.
  15. LEFF, H. (2001). Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução Lúcia M. Orth. Petrópolis, RJ, Brasil.
  16. LIMA, A. K. A. de (2016). Licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras na Paraíba, no ano de 2013. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil.
  17. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2009). Caderno de Licenciamento Ambiental. Brasília, DF, Brasil. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/dai\\_pnc/\\_arquivos/pnc\\_caderno\\_licenciamento\\_ambiental\\_01\\_76.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/dai_pnc/_arquivos/pnc_caderno_licenciamento_ambiental_01_76.pdf). Acesso em 22 de setembro de 2018.
  18. MOROSINE, M. de F. M et al., (2000). Política de controle ambiental no estado da Paraíba. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. João Pessoa, PB, Brasil.
  19. NORMANDO, J. A. (2014). Atuação da polícia militar ambiental no Brasil. 49 f. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil.
  20. SILVA, C.S. G. da (2012). Relevância do licenciamento ambiental para a concretização dos princípios constitucionais da defesa ambiental. E-gov, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, Brasil. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/relev%C3%A2ncia-do-licenciamento-ambiental-para-concretiza%C3%A7%C3%A3o-dos-princ%C3%ADpios-constitucionais-da->. Acesso em 19 de setembro de 2018.
  21. SUDEMA (2018a). Licenças Expedidas. João Pessoa, PB, Brasil. Disponível em: <http://sudema.pb.gov.br/servicos/servicos-ao-publico/licencas-expedidas>. Acesso em 20 de setembro de 2018.
  22. SUDEMA (2018b). Fiscalização e Controle. João Pessoa, PB, Brasil. Disponível em: [http://sacs.sudema.pb.gov.br/autoinf/auto\\_mensal.asp?mes=05&ano=2018](http://sacs.sudema.pb.gov.br/autoinf/auto_mensal.asp?mes=05&ano=2018). Acesso em 21 de setembro de 2018.
  23. TAVARES, R.A (2016). Distribuição dos autos de infrações ambientais lavrados pela fiscalização estadual na Paraíba no ano de 2014. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil.